



CNCD/LGBT

**Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays,
Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT**

48ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ata da Ordem do Dia

18 e 19 de dezembro de 2018

ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCD – CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LGBT.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e dezoitos, às nove horas e vinte minutos, teve início a quadragésima oitava (48ª) Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, na Sede da Secretaria Nacional de Cidadania – SCS do Ministério dos Direitos Humanos Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília/DF. Sala de Educação Corporativa, 10º andar. Estiveram presentes os membros do Conselho: Presidente do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT, Conselheiro Presidente Washington Luiz Dias, representante titular da Rede Afro LGBT; Conselheiro José Carlos Bueno, representante titular da CNTE; Conselheiro Delmiro Carvalho Freitas, representante titular da CUT; Conselheira Keila Simpson, representante titular da ANTRA; Conselheira Jovanna Cardoso da Silva, representante titular do FONATRANS; Conselheira Luma Andrade, representante titular da ABEH; Conselheira Danielle da Silva Santa Brígida, representante titular da ABL; Conselheira Mirla Cisne Álvaro, representante titular do CFESS; Conselheiro Rodrigo Camargo Barbosa, representante titular da OAB Conselheira Priscila Moregola, representante suplente da OAB; Conselheiro Lenilso Luís da Silva, representante titular da ARTGAY; Conselheira Tathiane Araújo, representante titular da RedeTrans Brasil; Conselheiro Emerson Santos, representante titular da ART JOVEM LGBT; Conselheira Silvana Conti, representante titular da CTB; Conselheira Ananda Hadah Rodrigues Puchta, Conselheira titular da Aliança Nacional LGBTI+; Conselheira Vice- Presidente Marina Reidel, representante titular do Ministério dos Direitos Humanos; Conselheira Adrianna Figueiredo, representante do Ministério do Desenvolvimento Social; Conselheira Irina, representante da SPM; Conselheira Jéssica, representante do Ministério da Saúde; Conselheira Anna Karina, representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Conselheiro Tony Gigliotti Bezerra, representante suplente do MINC. Após a verificação do quórum, o **Presidente Washington** inicia a 48ª Reunião Ordinária com a proposta de mudança de pauta, visto o informe a ser dado pela Conselheira, representante da Aliança Nacional LGBTI+. A **Conselheira Ananda** informa que a Aliança Nacional LGBTI+ recebeu um convite para participar de uma reunião com a equipe de transição, no dia vinte (20) de dezembro, as 10hs, no Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB. A Aliança Nacional estende o convite para as Conselheiras e Conselheiros do CNCD, visto que a pauta da reunião será a de políticas públicas para LGBT, no governo do Presidente Jair Bolsonaro. **Conselheiro Emerson** diz ser importante participar da Reunião e sugere que a eleição para a Mesa Diretora seja antecipada para antes das 10hs e que a, após a eleição, se forme uma Comissão para participar da Reunião com a equipe de transição. Acrescenta que seria necessário abrir um espaço na 48ª Reunião para discutir essa audiência, em específico. Nesta direção, o Presidente dá início a sessão de informes. A **Conselheira Luma** informa, resumidamente, a realização do Congresso Internacional da ABEH, realizado no período de vinte e oito (28) à trinta (30) de novembro de dois mil e dezoito (2018), em Fortaleza. Segundo a Conselheira, duas mil trezentas e quinze (2.315) pessoas estiveram presentes no referido evento. Acrescenta que foi possível um grande número de produções relacionadas às temáticas sobre sexualidade, gênero e raça, de forma interseccionalizadas que derivarão uma publicação, assim como os Anais do Congresso. A Conselheira parabeniza, agradece e chama atenção para a relevância da participação do CNCD/LGBT no Congresso. Em especial, agradece a Diretora e Vice-Presidenta do CNCD, Sra. Marina Reidel, que de acordo com a Conselheira, abrilhantou as discussões

das quais participou, durante o evento. Informa que, em breve, encaminhará o nome da Presidenta eleita pela ABEH, que irá compor o Conselho, até as novas eleições para este Colegiado. **O Presidente Washington** informa que atual Mesa Diretora tem feito um esforço para acompanhar os conselhos estaduais e é importante que a próxima composição da Mesa fortaleça esta iniciativa. Foram realizadas visitas aos Conselhos Estaduais de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro. Lembra que ainda restam as visitas para os Conselhos Estaduais de Goiás e Roraima. Reforça que estas visitas são estratégias para fortalecer, tanto os Conselhos Estaduais quanto o CNCD/LGBT. **A Vice-Presidenta** apresenta o Consultor Gustavo Passos, responsável pelo trabalho de pesquisa sobre a população LGBT em privação de liberdade. A Vice-Presidenta acrescenta que, dos seis (6) projetos aprovados no edital referente ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica, somente três (03) puderam ser conveniados: Mato Grosso do Sul, Pará, São Paulo, sendo que os demais estados estavam inadimplentes. Esclarece que os recursos restantes foram realocados para Prodoc PNUD, que viabilizou a efetivação desta consultoria. O Sr. Gustavo está cursando doutorado em educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Já atuou na Organização Não Governamental Igualdade quando realizou uma pesquisa diagnóstico sobre a população encarcerada, com a finalidade de subsidiar a formulação de políticas públicas. De acordo com sua experiência, o **Sr. Gustavo** afirma que cada prisão opera de maneira bem particular. Sendo assim, em cada presídio pesquisado há que se observar as suas particularidades. É necessário se apontar alguns pontos de convergência, mas é de suma relevância explicitar as especificidades de cada prisão. No Brasil existem cento e uma (101) celas LGBT. Na pesquisa, devemos selecionar, ao menos, uma (01) para ser visitada. No que se refere a aplicação de instrumentos de investigação será aplicado um questionário que deverá ser respondido por um link enviado, por meio de Ofício, para os estados, pelo Departamento de Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. O Sr. Gustavo esclarece que o questionário está dividido em quatro (04) partes, sendo que os respondentes devem ser aqueles responsáveis pela distribuição dos detentos. O Sr. Gustavo enfatiza que estes agentes devem participar de todas as etapas da pesquisa. Acrescenta a necessidade de se conhecer vários aspectos do “mapa” das penitenciárias, tais como: Quais são as hierarquias relativas as proteções nas celas (alojamento, celas, galerias e a segurança); quais são as facções existentes; perfil populacional; visitas (abandono familiar, visitas de companheiros, etc.); perfil etário e racial; quem fez a cirurgia de redesignação e qual é a situação do registro civil; e a causa do cumprimento da pena. O Consultor enfatiza a importância de se conhecer de que LGBT está se falando, em cumprimento de pena. O Conselheiro Emerson parabeniza o Consultor e questiona o se há como ter uma estimativa de homens trans em cumprimento de pena nos presídios. Conselheiro Daniel chama atenção para a necessidade de se investir na formação dos agentes penitenciários. Além disto, é fundamental realizar um levantamento sobre as alternativas penais das pessoas LGBT em situação prisional. Acrescenta que há urgência em se pensar na política de encarceramento no Brasil. **A Conselheira Daniele** reforça a importância de se acompanhar a política “de perto”, sobretudo focando na investigação do indivíduo, pois segundo a Conselheira há situações que potencializam a vulnerabilidade de pessoas LGBT nos presídios, a saber, por exemplo: a retaliação que sofrem por suspeitas de ser X9; lançamento de bombas nas celas. A Conselheira também sinaliza a relevância de se conhecer a razão da pena, visto que há uma “criminalização automática das TRANS, mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans no envolvimento com tráfico de drogas. A Conselheira pontua a importância de se considerar as especificidades locais. Cita como exemplo a situação da Região Norte onde a visita pode acontecer em horários diferenciados, visto a dificuldade de locomoção decorrente da diferença geográfica e das

longas distâncias que são transpostas, após longas horas, por meio de transporte fluvial. Outra questão levantada pela Conselheira se refere a situação dos jovens após o cumprimento da pena. **Conselheiro Lenilso** sugere a realização de encontros com os movimentos sociais e com as defensorias públicas que atuam junto aos presídios nos locais em que forem visitados pelo Consultor. **Conselheira Keila** diz ser importante saber se as pessoas LGBT estão se sentindo confortáveis nas Alas LGBT, quando for o caso. A **Conselheira Luma** sugere a utilização da observação participante para melhor captação da realidade que as pessoas LGBT vivem no cumprimento de penas em presídios. O **Sr. Gustavo** esclarece à Plenária que a Consultoria para qual foi contratado tem a duração de dez (10) meses e que a metodologia se baseia na aplicação de questionários direcionados para administradores. Acrescenta que também serão realizadas entrevistas narrativas, análise de diário de campo. **Relatoria da 42ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas. Participantes:** Conselheiro Presidente: Émerson Silva Santos (ArtJovem LGBT); Conselheiro Vice-Presidente: Zezinho Prado (CNTE); Conselheira Ananda Putcha (Aliança Nacional LGBTI+); Conselheira Priscila Maregola (OAB); Fabio Costa (Secretaria de Previdência Social); e a Secretária Executiva do CNCD/LGBT Katia Guimarães. **Pauta:** Previdência Social de Travestis, Mulheres Trans e Homens Trans que fizerem a retificação do prenome e alteração do sexo no registro de nascimento; Audiência Pública: LGBTfobia no Ceará. **Encaminhamentos:** Elaboração de Ofício ao Conselho Nacional de Saúde, Conselho Federal de Medicina e Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Enfermagem convidando para próxima reunião da Câmara Técnica de Legislação e Normas para discussão sobre o atendimento de travestis, mulheres trans e homens trans após a mudança de registro civil; levantar casos concretos de travestis, mulheres trans e homens trans que estão próximos da aposentadoria para apresentar a previdência e solicitar um posicionamento; enviar convite a Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB para elaboração de uma cartilha em parceria com o CNCD/LGBT orientando advogados/as a como proceder em questões previdenciárias de travestis, mulheres trans e homens trans; examinar, na próxima reunião da Câmara Técnica, os projetos de lei em tramitação no congresso nacional que dispõe sobre intersexos: 5255/2016 e 1475/2015; enviar ofício ao Conselho Federal de Medicina, ao Conselho Federal de Psicologia e a Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI), Ministério da Saúde e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente convidando para uma reunião do CNCD/LGBT no primeiro semestre de 2019 para o debate sobre intersexos. **Relatoria da 42ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento da Política de Direitos Humanos LGBT. Participantes:** Conselheira Presidenta: Danielle da Silva Santa Brígida (ABL); Conselheira Keila Simpson Sousa (ANTRA); Conselheira Jovanna Cardoso da Silva (FONATRANS); Conselheiro Lenilso Luis da Silva (ARTGAY); Conselheira Marina Reidel, Vice-Presidenta do CNCD/LGBT e Diretora de Promoção dos Direitos LGBT – SNC/MDH. **Pauta:** Consultorias; e Legislativo. **Informes da Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT:** Edital (de até R\$ 250.000,00) do pacto: PA, MT*, MA, SP, MS e MG* (*ganharam o edital e não receberam por inadimplência). Amazonas, Paraná e Pernambuco aderiram ao Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência LGBTfóbica; no total, foram conveniados R\$ 530.000,00; R\$ 400.000,00 direcionado ao PNUD para consultoria para 2019; os recursos para a consultoria para monitoramento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica está em torno de R\$ 70.000,00 para o período de dez meses (10). O Objetivo da Consultoria será de monitorar as ações implementadas nos estados que já aderiram e fomentar o Controle Social (conselhos/comitês). O primeiro TOR da Conferência já está pronto. O planejado

seria publicar o TOR no mês de setembro. Contudo, não foi possível. Portanto, será necessário ampliar os produtos, de acordo com o deliberado na Quadragésima Quinta Reunião do CNCD/LGBT (45ª RO). **Produto 01:** Documento técnico contendo proposta da metodologia para elaboração dos relatórios analíticos junto ao Poder Público Federal sobre a implementação de ações voltadas para a população LGBT; **Produto 02:** Documento técnico contendo a sistematização dos resultados das reuniões feitas pelo CNCD/LGBT e ministérios e secretarias sobre a implementação de ações contidas no PPA 2016 – 2019 voltadas para a população LGBT; **Produto 03:** Documento técnico contendo a análise das ações implementadas pelo Poder Público Federal voltadas para a população LGBT; **Produto 04:** Documento Técnico analítico sobre a implementação de ações voltadas à população LGBT em resposta a 3ª Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT. A Diretora Marina acordou que enviará o material de transição aos Conselhos. A Diretora também informa que a Consultoria sobre a Situação da população carcerária LGBT já está em andamento. Finaliza, informando que há R\$ 1.900.000,00 em emendas parlamentares para 2019. No campo do Legislativo a Câmara apontou a necessidade de se fazer um levantamento e uma análise dos projetos prós e contra os direitos da população LGBT, com apoio de assessoria técnica da bancada LGBT no congresso; Fazer uma manhã de apresentação dos projetos prós e contra a população LGBT e debater estratégias sobre PPA, LOA e emendas parlamentares (convidar assessoria da liderança da bancada LGBT e outras assessorias de parlamentares que tenham projetos a favor da população LGBT). Também se torna importante a realização de reunião com as lideranças de bancada no congresso sobre os projetos de lei prós e contra os direitos da população LGBT, PPA, LOA e emendas parlamentares (enviar ofício consultando a melhor data se na reunião de abril (de 9 a 11 de abril). Convidados: Jean Wyllys (RJ); Sâmia (SP), Marcelo Callero (RJ); Senador Fabiano Contarato (ES); Luizianne Lins (CE), Erika Kokai (DF); Maria do Rosário (RS); Assis Carvalho (PI); João Barcellar (BA); Senador Marcelo Castro (PI); Marília Arras (PE); e Alrea Carolina (MG). **Encaminhamentos:** 1 – Levantamento de dados sobre a população LBT que atuam na prostituição, nas capitais e cidades com mais de 500 mil habitantes (80mil); 2 – Consultoria da conferência (já tem TR) - falta aprovação (verificar valores e recorte étnico-racial); 3 – Consultoria para monitoramento do Pacto (70mil) por 10 meses: Monitoramento, adesão ao pacto e fomento do controle social (conselhos/comitês); 4 – Consultoria sobre suicídio na população LGBT (70mil) por 7 meses com garantia do recorte étnico-racial; Uma cidade em cada região, monitoramento virtual e análise de dados do relatório do Lesbocídio e “Quem a homofobia matou hoje” (considerando a análise correta dos dados, pois em alguns casos registra pessoas trans como gays), e considerar o diálogo com o CVV e os dados do SIM/DataSUS; 5 – Consultoria ambulatorial e hospitalar e que entraram com processo de retificação de prenome e gênero nos documentos oficiais (80mil) com garantia do recorte étnico-racial; 6 – Marcar reunião para o CNCD/LGBT com IPEA e o IBGE sobre o Censo2020 - levantamento da população LGBT com ênfase na identificação de pessoas trans para que não fiquem invisíveis após retificação de prenome e gênero, garantindo ainda sua identificação por raça/cor. Local da reunião no IBGE; 7 – Pauta da próxima reunião PPA/LOA - SOF/Ministério do Planejamento e responsável do MDH para levantamento de dados sobre pessoas trans que passaram pelo processo Transsexualizador; 8 – Levantamento e análise de projetos prós e contra os direitos da população LGBT com apoio de assessoria técnica da bancada LGBT no congresso; Fazer uma manhã de apresentação dos projetos prós e contra a população LGBT e debater estratégias sobre PPA, LOA e emendas parlamentares (convidar assessoria da liderança da bancada LGBT e outras assessorias de parlamentares que tenham projetos a favor da população LGBT); Reunião com as

lideranças de bancada no congresso sobre os projetos de lei prós e contra os direitos da população LGBT, PPA, LOA e emendas parlamentares; enviar ofício consultando a melhor data se na reunião de abril (de 9 a 11 de abril): Jean Wyllys (RJ); Sâmia (SP); Marcelo Callero (RJ); Senador Fabiano Contarato (ES); Luizianne Lins (CE); Erika Kokai (DF); Maria do Rosário (RS); Assis Carvalho (PI); João Barcellar (BA); Senador Marcelo castro (PI); Marília Arras (PE), Alrea Carolina (MG). Com quórum estabelecido no dia 18 de dezembro de 2018, O Presidente deu início ao lançamento do Manual Orientador Sobre Diversidade, elaborado pela Diretoria de Promoção dos Direitos de LGBT/Secretaria de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos (2018). Na Sequência, ocorreu o lançamento do livro E-book: Quando ousamos existir: itinerário fotobiográfico do Movimento LGBTI+ no Brasil, sob a responsabilidade do Professor Márcio Caetano. Na ocasião, o Professor Marcelo Natividade expôs sua experiência a frente da coordenação do Observatório Nacional da Política LGBT da Universidade Federal do Ceará. Em seguida, o Sr. Claudio Nascimento apresentou o Projeto Casa Arco-Íris de Cidadania LGBTI+. Por fim, a Senhora Sylvia Dias, Associação de Prevenção a Tortura – ATP, lançou o Manual para monitoramento de espaços de privação de liberdade com enfoque específico sobre as situações de risco enfrentadas por pessoas LGBT privadas de liberdade. Após os lançamentos e seus respectivos debates, o **Presidente Washington** finaliza a quadragésima oitava Reunião Ordinária do CNCD/LGBT.